

IFRS 11

Negócios em Conjunto

Em abril de 2001, o Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade (Conselho) adotou a IAS 31 – *Relatório Financeiro de Participações em Empreendimentos em Conjunto (Joint Ventures)*, que foi originalmente emitida pelo Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade em dezembro de 1990.

Em dezembro de 2003, o Conselho alterou e renomeou a IAS 31 com um novo título – *Participações em Empreendimentos em Conjunto (Joint Ventures)*. Esta alteração foi feita em conjunto com as alterações à IAS 27 – *Demonstrações Financeiras Consolidadas e Contabilização de Investimentos em Subsidiárias* e IAS 28 – *Contabilização de Investimentos em Coligadas*.

Em maio de 2011 o Conselho emitiu a IFRS 11 – *Negócios em Conjunto* para substituir a IAS 31. A IFRS 12 – *Divulgação de Participações em Outras Entidades*, também emitida em maio de 2011, substituiu os requisitos de divulgação da IAS 31. A IFRS 11 incorporou a orientação contida em uma Interpretação relacionada (*SIC-13 – Entidades Controladas em Conjunto - Contribuições Não Monetárias dos Investidores*).

Em junho de 2012, a IFRS 11 foi alterada por *Demonstrações Financeiras Consolidadas, Negócios em Conjunto e Divulgação de Participações em Outras Entidades: Orientação de Transição* (Alterações à IFRS 10, à IFRS 11 e à IFRS 12). Essas alterações forneceram isenção adicional na transição para a IFRS 11, limitando o requisito de apresentar informações comparativas ajustadas apenas para o período anual imediatamente precedente ao primeiro período anual ao qual se aplica a IFRS 11.

Em maio de 2014, o Conselho alterou a IFRS 11 para fornecer orientação sobre a contabilização de aquisições de participações em operações em conjunto cuja atividade constitui um negócio.

Outras Normas introduziram pequenas alterações à IFRS 11, incluindo *Melhorias Anuais às Normas IFRS Ciclo 2015–2017* (emitida em dezembro de 2017).

CONTEÚDO

do parágrafo

**NORMA INTERNACIONAL DE RELATÓRIO FINANCEIRO – IFRS 11
NEGÓCIOS EM CONJUNTO**

OBJETIVO	1
Atingindo o objetivo	2
ALCANCE	3
NEGÓCIOS EM CONJUNTO	4
Controle conjunto	7
Tipos de negócios em conjunto	14
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE PARTES EM UM NEGÓCIO EM CONJUNTO	20
Operações em conjunto	20
Empreendimentos em conjunto (<i>joint ventures</i>)	24
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS	26
APÊNDICES	
A Termos definidos	
B Orientação de aplicação	
C Data de vigência, transição e revogação de outras IFRS	
D	Alterações a outras IFRS

APROVAÇÃO PELO CONSELHO DA IFRS 11 EMITIDA EM MAIO DE 2011

APROVAÇÃO PELO CONSELHO DE ALTERAÇÕES À IFRS 11:

Demonstrações Financeiras Consolidadas, Negócios em Conjunto e Divulgação de Participações em Outras Entidades: Orientação de Transição (Alterações à IFRS 10, à IFRS 11 e à IFRS 12) emitida em junho de 2012

Contabilização de Aquisições de Participações em Operações em Conjunto (Alterações à IFRS 11) emitida em maio de 2014

PARA A ORIENTAÇÃO ANEXADA INDICADA ABAIXO, CONSULTE A PARTE B DESTA EDIÇÃO
--

EXEMPLOS ILUSTRATIVOS

PARA A BASE PARA CONCLUSÕES, CONSULTE A PARTE C DESTA EDIÇÃO
--

BASE PARA CONCLUSÕES

APÊNDICE À BASE PARA CONCLUSÕES

Alterações à Base para Conclusões sobre outras IFRS

A Norma Internacional de Relatório Financeiro *IFRS 11 – Combinações de Negócios (IFRS 11)* é definida nos parágrafos 1–27 e nos Apêndices A-D. Todos os parágrafos têm igual importância. Os parágrafos em **negrito** indicam os princípios básicos. Os termos definidos no Apêndice A estão em *italico* na primeira vez em que aparecem na Norma. As definições de outros termos são dadas no Glossário das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (*IFRS*). A *IFRS 11* deve ser lida no contexto de seu objetivo, da Base para Conclusões, do *Prefácio às Normas IFRS* e da *Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro*. A *IAS 8 – Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Erros* fornece uma base para seleção e aplicação das políticas contábeis na ausência de orientação explícita.

Norma Internacional de Relatório Financeiro – IFRS 11

Negócios em Conjunto

Objetivo

- 1 O objetivo desta IFRS é estabelecer princípios para o relatório financeiro para entidades que tenham uma participação em negócios controlados de forma conjunta (ou seja, *negócios em conjunto*).

Atingindo o objetivo

- 2 Para atingir o objetivo do parágrafo 1, esta IFRS define *controle conjunto* e exige que uma entidade que seja *parte de um negócio em conjunto* determine o tipo de negócio em conjunto no qual está envolvida por meio da avaliação de seus direitos e obrigações e contabilize esses direitos e obrigações de acordo com o tipo de negócio em conjunto.

Alcance

- 3 Esta IFRS será aplicada por todas as entidades que sejam partes de um negócio em conjunto.

Acordos em conjunto

- 4 Um negócio em conjunto é um negócio pelo qual duas ou mais partes têm controle conjunto.
- 5 Um negócio em conjunto tem as seguintes características:
- (a) As partes estão vinculadas por um acordo contratual (*vide* parágrafos B2–B4).
 - (b) O acordo contratual dá a duas ou mais dessas partes o controle conjunto do negócio (*vide* parágrafos 7–13).
- 6 Um negócio em conjunto é uma *operação em conjunto* ou um *empreendimento em conjunto* (*joint venture*).

Controle conjunto

- 7 Controle conjunto é o compartilhamento contratualmente convencionado do controle de um negócio, que existe somente quando decisões sobre as atividades relevantes exigem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle.
- 8 Uma entidade que seja parte de um negócio avaliará se o acordo contratual dá a todas as partes, ou a um grupo de partes, o controle do negócio coletivamente. Todas as partes ou um grupo de partes controlam o negócio coletivamente quando elas devem agir em conjunto para dirigir as atividades que afetam significativamente os retornos do negócio (ou seja, as atividades relevantes).
- 9 Uma vez tendo sido determinado que todas as partes, ou um grupo de partes, controlam o negócio coletivamente, o controle conjunto existe somente quando decisões sobre as atividades relevantes exigem o consentimento unânime das partes que controlam o negócio coletivamente.
- 10 Em um negócio em conjunto, nenhuma parte individualmente controla o negócio. Uma parte com controle conjunto de um negócio pode impedir que qualquer das outras partes ou um grupo de partes controle o negócio.
- 11 Um negócio pode ser um negócio em conjunto ainda que nem todas as suas partes tenham o controle conjunto do negócio. Esta IFRS distingue entre partes que têm o controle conjunto de um negócio em conjunto (*operadores em conjunto* ou *investidores em conjunto*) e partes que participam de um negócio em conjunto, mas não têm o controle conjunto dele.
- 12 Uma entidade precisará aplicar julgamento ao avaliar se todas as partes ou um grupo de partes têm o controle conjunto de um negócio. Uma entidade fará essa avaliação considerando todos os fatos e circunstâncias (*vide* parágrafos B5–B11).

- 13 Se os fatos e circunstâncias se modificarem, uma entidade reavaliará se ainda tem o controle conjunto do negócio.

Tipos de negócios em conjunto

- 14 Uma entidade determinará o tipo de negócio em conjunto no qual está envolvida. A classificação de um negócio em conjunto como uma operação em conjunto ou um empreendimento em conjunto (*joint venture*) depende dos direitos e obrigações das partes do negócio.
- 15 Uma operação em conjunto é um negócio em conjunto pelo qual as partes que têm o controle conjunto do negócio têm direitos sobre os ativos e obrigações pelos passivos relacionados ao negócio. Essas partes são chamadas de operadores em conjunto.
- 16 Um empreendimento em conjunto é um negócio em conjunto pelo qual as partes que têm o controle conjunto do negócio têm direitos sobre os ativos líquidos do negócio. Essas partes são chamadas de investidores em conjunto.
- 17 Uma entidade aplica julgamento ao avaliar se um negócio em conjunto é uma operação em conjunto ou um empreendimento em conjunto. Uma entidade determinará o tipo de negócio em conjunto no qual está envolvida considerando os seus direitos e obrigações decorrentes do negócio. Uma entidade avalia seus direitos e obrigações considerando a estrutura e a forma legal do negócio, os termos contratuais convencionados pelas partes do acordo contratual e, quando relevante, outros fatos e circunstâncias (*vide* parágrafos B12-B33).
- 18 Algumas vezes, as partes estão vinculadas por um acordo estruturado que estabelece os termos contratuais gerais para a realização de uma ou mais atividades. O acordo estruturado pode definir que as partes estabeleçam negócios em conjunto diferentes para tratar de atividades específicas que fazem parte do negócio. Embora esses negócios em conjunto estejam relacionados ao mesmo acordo estruturado, seu tipo pode ser diferente se os direitos e obrigações das partes diferirem ao empreender as diferentes atividades abordadas no acordo estruturado. Consequentemente, operações em conjunto e empreendimentos em conjunto (*joint ventures*) podem coexistir quando as partes empreendem diferentes atividades que fazem parte do mesmo acordo estruturado.
- 19 Se os fatos e circunstâncias se modificarem, a entidade reavaliará se o tipo de negócio em conjunto no qual está envolvida se modificou.

Demonstrações financeiras de partes de um negócio em conjunto

Operações em conjunto

- 20 Um operador em conjunto reconhecerá, em relação à sua participação em uma operação em conjunto:
- (a) seus ativos, incluindo sua parcela de quaisquer ativos detidos em conjunto;
 - (b) seus passivos, incluindo sua parcela de quaisquer passivos incorridos em conjunto;
 - (c) sua receita da venda de sua parcela da produção decorrente da operação em conjunto;
 - (d) sua parcela da receita da venda da produção pela operação em conjunto; e
 - (e) suas despesas, incluindo sua parcela de quaisquer despesas incorridas em conjunto.
- 21 Um operador em conjunto contabilizará os ativos, passivos, receitas e despesas relacionados à sua participação em uma operação em conjunto de acordo com as *IFRS* aplicáveis aos ativos, passivos, receitas e despesas específicos.
- 21A Quando uma entidade adquirir uma participação em uma operação em conjunto cuja atividade constitui um negócio, conforme definido na *IFRS 3 – Combinações de Negócios*, ela aplicará, na medida de sua parcela de acordo com o parágrafo 20, todos os princípios sobre contabilização de combinações de negócios da *IFRS 3* e de outras *IFRS* que não conflitem com a orientação contida nesta *IFRS* e divulgará as informações que sejam exigidas por essas *IFRS* em relação a combinações de negócios. Isto se aplica à aquisição tanto da participação inicial quanto de participações adicionais em uma operação em conjunto cuja atividade constitua um negócio. A contabilização da aquisição de uma participação em tal operação está especificada nos parágrafos B33A–B33D.
- 22 A contabilização de transações como a venda, contribuição ou compra de ativos entre uma entidade e uma operação em conjunto na qual ela seja um operador em conjunto é especificada nos parágrafos B34–B37.

- 23 Uma parte que participe de uma operação em conjunto, mas não tenha o controle conjunto dela contabilizará também a sua participação no negócio em conformidade com os parágrafos 20–22 se essa parte tiver direitos sobre os ativos e obrigações pelos passivos relacionados à operação em conjunto. Se uma parte participar em uma operação em conjunto mas não tiver o controle conjunto dela, nem tiver direitos sobre os ativos e obrigações pelos passivos relacionados a essa operação em conjunto, ela contabilizará sua participação na operação em conjunto de acordo com as *IFRS* aplicáveis a essa participação.

Empreendimentos em conjunto (*joint ventures*)

- 24 Um empreendedor em conjunto reconhecerá sua participação em um empreendimento em conjunto (*joint venture*) como um investimento e contabilizará esse investimento utilizando o método de equivalência patrimonial de acordo com a *IAS 28 – Investimentos em Coligadas e Empreendimentos em Conjunto (Joint Ventures)*, a menos que a entidade esteja isenta da aplicação do método de equivalência patrimonial conforme especificado naquela norma.
- 25 Uma parte que participe de um empreendimento em conjunto (*joint venture*), mas não tenha o controle conjunto dele, contabilizará a sua participação no negócio em conformidade com a *IFRS 9 – Instrumentos Financeiros*, a menos que tenha influência significativa sobre o empreendimento em conjunto (*joint venture*), hipótese em que a contabilização se dará de acordo com a *IAS 28* (tal como alterada em 2011).

Demonstrações financeiras separadas

- 26 Em suas demonstrações financeiras separadas, um operador em conjunto ou empreendedor em conjunto contabilizará sua participação em:
- (a) uma operação em conjunto de acordo com os parágrafos 20–22;
 - (b) um empreendimento em conjunto (*joint venture*) de acordo com o parágrafo 10 da *IAS 27 – Demonstrações Financeiras Separadas*.
- 27 Em suas demonstrações financeiras separadas, uma parte que participar de um negócio em conjunto, mas não tiver o controle conjunto dele, contabilizará sua participação em:
- (a) uma operação em conjunto de acordo com o parágrafo 23;
 - (b) um empreendimento em conjunto (*joint venture*) de acordo com a *IFRS 9*, a menos que a entidade tenha influência significativa sobre o empreendimento em conjunto (*joint venture*), pois nesse caso deverá aplicar o parágrafo 10 da *IAS 27* (tal como alterada em 2011).

Apêndice A

Termos definidos

Este apêndice é parte integrante da IFRS.

negócio em conjunto	Negócio do qual duas ou mais partes têm o controle conjunto .
controle conjunto	Compartilhamento contratualmente convencionado do controle de um acordo, que existe somente quando decisões sobre as atividades relevantes exigem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle.
operação em conjunto	Negócio em conjunto pelo qual as partes que têm o controle conjunto do negócio têm direitos sobre os ativos e obrigações pelos passivos relacionados ao negócio.
operador em conjunto	Uma parte de uma operação em conjunto que tem o controle conjunto dessa operação em conjunto.
empreendimento em conjunto (<i>joint venture</i>)	Negócio em conjunto pelo qual as partes que têm o controle conjunto do negócio têm direitos sobre os ativos líquidos do negócio.
empreendedor em conjunto	Uma parte de um empreendimento em conjunto (<i>joint venture</i>) que tem o controle conjunto desse empreendimento.
parte de um negócio em conjunto	Entidade que participa de um negócio em conjunto , independentemente se essa entidade tem o controle conjunto do negócio.
veículo separado	Uma estrutura financeira separadamente identificável, incluindo entidades legais separadas ou entidades reconhecidas por estatuto, independentemente dessas entidades terem personalidade jurídica.

Os termos a seguir são definidos na IAS 27 (tal como alterada em 2011), na IAS 28 (tal como alterada em 2011) ou na IFRS 10 – *Demonstrações Financeiras Consolidadas* e são utilizados nesta IFRS com os significados especificados naquelas IFRS:

- controle de uma investida
- método de equivalência patrimonial
- poder
- direitos de proteção
- atividades relevantes
- demonstrações financeiras separadas
- influência significativa.

Apêndice B

Orientação de aplicação

Este apêndice é parte integrante da IFRS. Ele descreve a aplicação dos parágrafos 1-27 e tem a mesma importância que as demais partes da IFRS.

- B1 Os exemplos deste apêndice retratam situações hipotéticas. Embora alguns aspectos dos exemplos possam estar presentes em situações reais, todos os fatos e circunstâncias relevantes de uma situação específica precisariam ser avaliados ao aplicar a IFRS 11.

Acordos em conjunto

Acordo contratual (parágrafo 5)

- B2 Acordos contratuais podem ser comprovados de diversas formas. Um acordo contratual exequível é frequentemente, mas nem sempre, por escrito, normalmente na forma de um contrato ou de discussões documentadas entre as partes. Mecanismos legais também podem criar acordos exequíveis, seja por si só ou em conjunto com contratos entre as partes.
- B3 Quando negócios em conjunto são estruturados por meio de um *veículo separado* (vide parágrafos B19–B33), o acordo contratual ou alguns aspectos do acordo contratual serão, em alguns casos, incorporados ao contrato social, aos documentos constitutivos ou ao estatuto do veículo separado.
- B4 O acordo contratual define os termos com base nos quais as partes participam da atividade objeto do acordo. O acordo contratual geralmente trata de questões como:
- (a) o objetivo, a atividade e a duração do negócio em conjunto.
 - (b) como são nomeados os membros do conselho de administração ou órgão de administração equivalente do negócio em conjunto.
 - (c) o processo de tomada de decisão: os assuntos que exigem decisões das partes, os direitos de voto das partes e o nível de suporte exigido para esses assuntos. O processo de tomada de decisões refletido no acordo contratual estabelece o controle conjunto do acordo (vide parágrafos B5–B11).
 - (d) o capital ou outras contribuições exigidas das partes.
 - (e) como as partes compartilham ativos, passivos, receitas, despesas ou lucro ou prejuízo relativos ao negócio em conjunto.

Controle conjunto (parágrafos 7–13)

- B5 Ao avaliar se uma entidade tem o controle conjunto de um acordo, uma entidade avaliará primeiramente se todas as partes ou um grupo de partes controlam o acordo. A IFRS 10 define controle e será utilizada para determinar se todas as partes ou um grupo de partes estão expostas aos retornos variáveis de seu envolvimento no acordo ou têm direitos sobre esses retornos e se têm a capacidade de afetar esses retornos por meio de seu poder sobre o acordo. Quando todas as partes, ou um grupo de partes, consideradas coletivamente, têm a capacidade de dirigir as atividades que afetam significativamente os retornos do negócio (ou seja, as atividades relevantes), essas partes controlam o negócio coletivamente.
- B6 Após concluir que todas as partes, ou um grupo de partes, controlam o negócio coletivamente, uma entidade avaliará se tem o controle conjunto do negócio. O controle conjunto existe somente quando decisões sobre as atividades relevantes exigem o consentimento unânime das partes que controlam coletivamente o negócio. Avaliar se o negócio é controlado em conjunto por todas as suas partes ou por um grupo de partes ou se é controlado individualmente por uma de suas partes pode exigir julgamento.
- B7 Algumas vezes, o processo de tomada de decisões convencionado pelas partes em seu acordo contratual implicitamente conduz ao controle conjunto. Por exemplo, suponha-se que duas partes estabelecem um acordo no qual cada uma tem 50% dos direitos de voto, e o acordo contratual entre elas especifica que são necessários pelo menos 51% dos direitos de voto para a tomada de decisões sobre as atividades relevantes. Neste caso, as partes concordaram implicitamente que elas têm o controle conjunto do negócio, já que as decisões sobre as atividades relevantes não podem ser tomadas sem a concordância de ambas as partes.

- B8 Em outras circunstâncias, o acordo contratual exige uma proporção mínima dos direitos de voto para a tomada de decisões sobre as atividades relevantes. Quando essa proporção mínima exigida dos direitos de voto pode ser alcançada pela concordância conjunta de mais de uma combinação das partes, esse negócio não é um negócio em conjunto, a menos que o acordo contratual especifique quais partes (ou combinação de partes) devem concordar de forma unânime com as decisões sobre as atividades relevantes do negócio.

Exemplos de aplicação

Exemplo 1

Suponha-se que três partes estabelecem um acordo: A tem 50% dos direitos de voto no acordo, B tem 30% e C tem 20%. O acordo contratual entre A, B e C especifica que no mínimo 75% dos direitos de voto são necessários para a tomada de decisões sobre as atividades relevantes do acordo. Embora A possa bloquear qualquer decisão, ela não controla o acordo, pois precisa da concordância de B. Os termos de seu acordo contratual que exigem no mínimo 75% dos direitos de voto para a tomada de decisões sobre as atividades relevantes sugerem que A e B têm controle conjunto do acordo, já que as decisões sobre as atividades relevantes do acordo não podem ser tomadas sem a concordância tanto de A quanto de B.

Exemplo 2

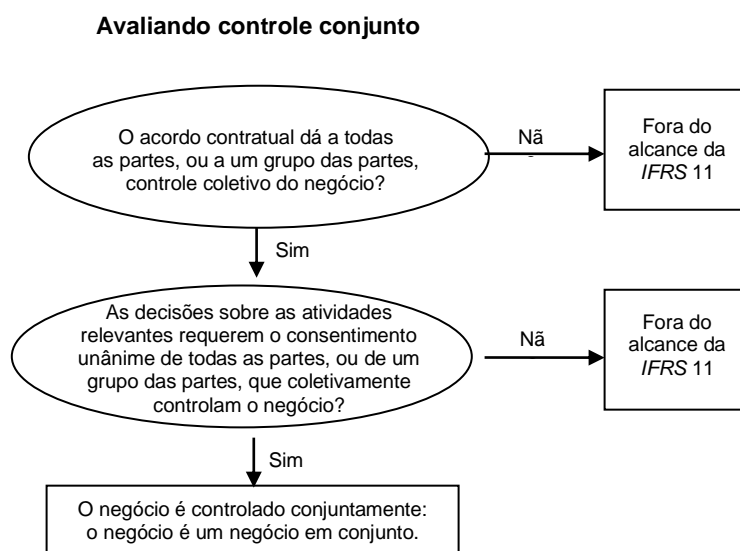
Suponha-se que um acordo tem três partes: A tem 50% dos direitos de voto no acordo e B e C têm, cada um, 25%. O acordo contratual entre A, B e C especifica que no mínimo 75% dos direitos de voto são necessários para a tomada de decisões sobre as atividades relevantes do acordo. Embora A possa bloquear qualquer decisão, ela não controla o acordo, pois precisa da concordância de B ou de C. Neste exemplo, A, B e C controlam coletivamente o acordo. Contudo, há mais de uma combinação das partes que podem concordar para atingir 75% dos direitos de voto (ou seja, A e B ou A e C). Nessa situação, para ser um negócio em conjunto, o acordo contratual entre as partes precisaria especificar qual combinação das partes deve concordar de forma unânime para a tomada de decisões sobre as atividades relevantes do negócio.

Exemplo 3

Suponha-se um acordo no qual A e B têm, cada uma, 35% dos direitos de voto no acordo, sendo que os 30% restantes estão amplamente dispersos. Decisões sobre as atividades relevantes exigem a aprovação da maioria dos direitos de voto. A e B têm o controle conjunto do acordo somente se o acordo contratual especificar que as decisões sobre as atividades relevantes do acordo exigem a concordância tanto de A quanto de B.

- B9 O requisito de consentimento unânime significa que qualquer parte com controle conjunto do acordo pode impedir qualquer das outras partes ou um grupo de partes de tomar decisões unilaterais (sobre as atividades relevantes) sem o seu consentimento. Se o requisito de consentimento unânime se referir somente a decisões que dão a uma parte direitos de proteção e não a decisões sobre as atividades relevantes de um acordo, essa parte não é uma parte com controle conjunto do acordo.

- B10 Um acordo contratual pode incluir cláusulas sobre resolução de litígios, como, por exemplo, arbitragem. Essas disposições podem permitir que decisões sejam tomadas na ausência de consentimento unânime entre as partes que têm controle comum. A existência dessas disposições não impede que o acordo seja controlado em conjunto e, conseqüentemente, seja um negócio em conjunto.



- B11 Quando um acordo está fora do alcance da IFRS 11, uma entidade contabiliza sua participação no negócio em conformidade com as IFRS pertinentes, como, por exemplo, a IFRS 10, a IAS 28 (tal como alterada em 2011) ou a IFRS 9.

Tipos de negócios em conjunto (parágrafos 14–19)

- B12 Negócios em conjunto são estabelecidos para uma série de propósitos (por exemplo, como forma de as partes compartilharem custos e riscos ou como forma de oferecer às partes acesso a novas tecnologias ou novos mercados) e podem ser estabelecidos utilizando-se diferentes estruturas e formas legais.
- B13 Alguns acordos não exigem que a atividade objeto do acordo seja empreendida em um veículo separado. Contudo, outros acordos envolvem o estabelecimento de um veículo separado.
- B14 A classificação de negócios em conjunto exigida por esta IFRS depende dos direitos e obrigações das partes decorrentes do acordo no curso normal dos negócios. Esta IFRS classifica negócio em conjunto como operações em conjunto ou empreendimentos em conjunto (*joint ventures*). Quando uma entidade tem direitos sobre os ativos e obrigações pelos passivos relacionados ao acordo, o acordo é uma operação em conjunto. Quando uma entidade tem direitos sobre os ativos líquidos do acordo, o acordo é um empreendimento em conjunto (*joint venture*). Os parágrafos B16-B33 definem a avaliação que uma entidade realiza para determinar se tem uma participação em uma operação em conjunto ou uma participação em um empreendimento em conjunto (*joint venture*).

Classificação de um negócio em conjunto

- B15 Conforme indicado no parágrafo B14, a classificação de negócios em conjunto exige que as partes avaliem seus direitos e obrigações decorrentes do negócio. Ao efetuar essa avaliação, a entidade considerará o seguinte:
- (a) a estrutura do negócio em conjunto (*vide* parágrafos B16–B21).
 - (b) quando o negócio em conjunto é estruturado por meio de um veículo separado:
 - (i) a forma legal do veículo separado (*vide* parágrafos B22–B24);
 - (ii) os termos do acordo contratual (*vide* parágrafos B25–B28); e
 - (iii) quando relevante, outros fatos e circunstâncias (*vide* parágrafos B29–B33).

Estrutura do negócio em conjunto

Negócios em conjunto não estruturados por meio de um veículo separado

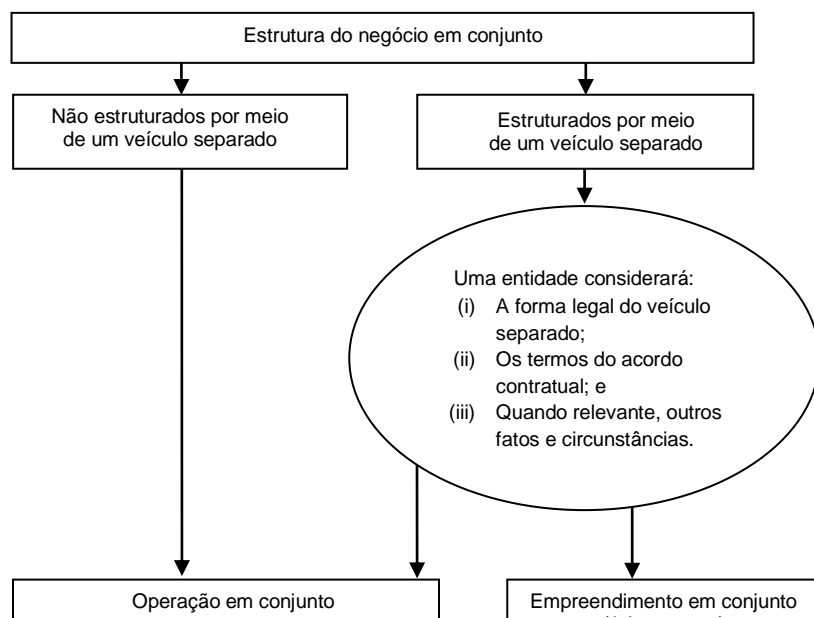
- B16 Um negócio em conjunto que não é estruturado por meio de um veículo separado é uma operação em conjunto. Nesses casos, o acordo contratual estabelece os direitos das partes sobre os ativos e as obrigações pelos passivos relacionados ao acordo e os direitos das partes sobre as respectivas receitas e as obrigações pelas respectivas despesas.
- B17 O acordo contratual frequentemente descreve a natureza das atividades objeto do acordo e como as partes pretendem empreender essas atividades em conjunto. Por exemplo, as partes de um negócio em conjunto poderiam concordar em fabricar um produto em conjunto, sendo cada parte responsável por uma tarefa específica e cada uma delas utilizando seus próprios ativos e incorrendo em seus próprios passivos. O acordo contratual poderia especificar também como as receitas e despesas que são comuns para as partes devem ser compartilhadas entre elas. Nesse caso, cada operador em conjunto reconhece em suas demonstrações financeiras os ativos e passivos utilizados para a tarefa específica e a sua parcela das receitas e despesas em conformidade com o acordo contratual.
- B18 Em outros casos, as partes de um negócio em conjunto podem concordar, por exemplo, em compartilhar e operar um ativo em conjunto. Nesse caso, o acordo contratual estabelece os direitos das partes sobre o ativo operado em conjunto e como a produção ou a receita do ativo e os custos operacionais são compartilhados entre as partes. Cada operador em conjunto contabiliza sua parcela do ativo em conjunto e sua parcela acordada de quaisquer passivos e reconhece sua parcela da produção, receitas e despesas em conformidade com o acordo contratual.

Negócios em conjunto estruturados por meio de um veículo separado

- B19 Um negócio em conjunto no qual os ativos e passivos relativos ao acordo são mantidos em um veículo separado pode ser um empreendimento em conjunto (*joint venture*) ou uma operação em conjunto.
- B20 A classificação de uma parte como operador em conjunto ou empreendedor em conjunto depende de seus direitos sobre os ativos e obrigações pelos passivos relacionados ao acordo que são mantidos no veículo separado.
- B21 Como indicado no parágrafo B15, quando tiverem estruturado um negócio em conjunto em um veículo separado, as partes precisam avaliar se a forma legal do veículo separado, os termos do acordo contratual e, quando relevante, quaisquer outros fatos e circunstâncias lhes proporcionam:
- (a) direitos sobre os ativos e obrigações pelos passivos relacionados ao acordo (ou seja, o acordo é uma operação em conjunto); ou
 - (b) direitos sobre os ativos líquidos do acordo (ou seja, o acordo é um empreendimento em conjunto (*joint venture*)).

Classificação de um negócio em conjunto: avaliação dos direitos e obrigações das partes que decorrentes do negócio

Classificação de um negócio em conjunto: avaliação dos direitos e obrigações das partes que decorrentes do negócio



A forma legal do veículo separado

- B22 A forma legal do veículo separado é relevante ao avaliar o tipo de negócio em conjunto. A forma legal auxilia na avaliação inicial dos direitos das partes sobre os ativos e suas obrigações pelos passivos mantidos no veículo separado, como, por exemplo, se as partes têm participações sobre os ativos mantidos no veículo separado e se são responsáveis pelos passivos mantidos no veículo separado.
- B23 Por exemplo, as partes podem conduzir o negócio em conjunto por meio de um veículo separado, cuja forma legal faz com que o veículo separado seja considerado como independente (ou seja, os ativos e passivos mantidos no veículo separado são os ativos e passivos do próprio veículo separado e não os ativos e passivos das partes). Nesse caso, a avaliação dos direitos e obrigações conferidos às partes pela forma legal do veículo separado indica que o acordo é um empreendimento em conjunto (*joint venture*). Contudo, os termos pactuados pelas partes em seu acordo contratual (vide parágrafos B25-B28) e, quando relevante, outros fatos e circunstâncias (vide parágrafos B29-B33) podem se sobrepor à avaliação dos direitos e obrigações conferidos às partes pela forma legal do veículo separado.
- B24 A avaliação dos direitos e obrigações conferidos às partes pela forma legal do veículo separado é suficiente para concluir que o acordo é uma operação em conjunto somente se as partes conduzirem o negócio em conjunto em um veículo separado cuja forma legal não confira separação entre as partes e o veículo separado (ou seja, os ativos e passivos mantidos no veículo separado são os ativos e passivos das partes).

Avaliando os termos do acordo contratual

- B25 Em muitos casos, os direitos e obrigações convencionados pelas partes em seus acordos contratuais são consistentes ou não conflitantes com os direitos e obrigações conferidos às partes pela forma legal do veículo separado no qual o acordo foi estruturado.
- B26 Em outros casos, as partes utilizam o acordo contratual para reverter ou modificar os direitos e obrigações conferidos pela forma legal do veículo separado no qual o acordo foi estruturado.

Exemplo de aplicação

Exemplo 4

Suponha-se que duas partes estruturam um negócio em conjunto em uma entidade com personalidade jurídica. Cada parte tem uma participação de 50% na entidade com personalidade jurídica. A constituição da entidade permite a separação entre ela e seus sócios e, como consequência, os ativos e passivos

mantidos na entidade são os ativos e passivos da entidade com personalidade jurídica. Nesse caso, a avaliação dos direitos e obrigações conferidos às partes pela forma legal do veículo separado indica que as partes têm direitos sobre os ativos líquidos do acordo.

Contudo, as partes modificam as características da sociedade por meio de seu acordo contratual, de modo que cada uma tenha uma participação sobre os ativos da entidade com personalidade jurídica e cada uma seja responsável pelos passivos da entidade com personalidade jurídica em uma proporção determinada. Essas modificações contratuais às características de uma sociedade podem fazer com que um acordo seja uma operação em conjunto.

B27 A tabela a seguir compara termos comuns em acordos contratuais de partes de uma operação em conjunto e termos comuns em acordos contratuais de partes de um empreendimento em conjunto (*joint venture*). Os exemplos de termos contratuais fornecidos na tabela abaixo não são exaustivos.

Avaliando os termos do acordo contratual		
	Operação em conjunto	Empreendimento em conjunto (<i>joint venture</i>)
Os termos do acordo contratual	O acordo contratual dá às partes do negócio em conjunto direitos sobre os ativos e obrigações pelos passivos relacionados ao negócio.	O acordo contratual dá às partes do negócio em conjunto direitos sobre os ativos líquidos do negócio (ou seja, é o veículo separado, e não as partes, que tem direitos sobre os ativos e obrigações pelos passivos relacionados ao negócio).
Direitos sobre os ativos	O acordo contratual estabelece que as partes do negócio em conjunto compartilhem todas as participações (por exemplo, direitos, titularidade ou propriedade) sobre os ativos relacionados ao negócio em uma proporção determinada (por exemplo, proporcionalmente à participação das partes no acordo ou proporcionalmente à atividade realizada por meio do acordo que seja diretamente atribuída às partes).	O acordo contratual estabelece que os ativos incorporados ao negócio ou posteriormente adquiridos pelo negócio em conjunto são os ativos do negócio. As partes não têm nenhuma participação (ou seja, nenhum direito, titularidade ou propriedade) sobre os ativos do negócio.
Obrigações sobre os passivos	O acordo contratual estabelece que as partes do negócio em conjunto compartilhem todos os passivos, obrigações, custos e despesas em uma proporção determinada (por exemplo, proporcionalmente à participação das partes no acordo ou proporcionalmente à atividade realizada por meio do acordo que seja diretamente atribuída às partes).	O acordo contratual estabelece que o negócio em conjunto é responsável pelas dívidas e obrigações do acordo.
		O acordo estabelece que as partes do negócio em conjunto são responsáveis pelo acordo somente na medida de seus respectivos investimentos no acordo ou de suas respectivas obrigações de aportar qualquer capital não integralizado ou adicional ao acordo, ou ambos.
	O acordo contratual estabelece que	O acordo contratual declara que os

Avaliando os termos do acordo contratual		
	Operação em conjunto	Empreendimento em conjunto (<i>joint venture</i>)
	as partes do negócio em conjunto são responsáveis por quaisquer reivindicações de terceiros.	credores do negócio em conjunto não têm direitos de regresso contra qualquer parte em relação a dívidas ou obrigações do acordo.
Receitas, despesas, lucro ou prejuízo	O acordo contratual estabelece a alocação de receitas e despesas com base no desempenho relativo de cada parte do negócio em conjunto. Por exemplo, o acordo contratual pode estabelecer que receitas e despesas sejam alocadas com base na capacidade que cada parte utiliza em uma fábrica operada em conjunto, que pode diferir de sua participação no negócio em conjunto. Em outros casos, as partes podem ter concordado em compartilhar o lucro ou prejuízo relacionado ao acordo com base em uma proporção determinada, como, por exemplo, a participação das partes no acordo. Isso não impediria que o acordo fosse uma operação em conjunto se as partes tivessem direitos sobre os ativos e obrigações pelos passivos relacionados ao acordo.	O acordo contratual estabelece a parcela de cada parte sobre o lucro ou prejuízo relacionado às atividades do acordo.
Garantias	Exige-se com frequência que as partes de negócios em conjunto prestem garantias a terceiros que, por exemplo, recebem um serviço ou fornecem financiamento ao negócio em conjunto. A prestação dessas garantias ou o compromisso das partes de fornecê-las não determina por si só que o negócio em conjunto é uma operação em conjunto. A característica que determina se o negócio em conjunto é uma operação em conjunto ou um empreendimento em conjunto (<i>joint venture</i>) é se as partes têm obrigações pelos passivos relacionados ao acordo (para alguns dos quais as partes podem ou não ter prestado garantia).	

- B28 Quando o acordo contratual especifica que as partes têm direitos sobre os ativos e obrigações pelos passivos relacionados ao acordo, elas são partes de uma operação em conjunto e não precisam considerar outros fatos e circunstâncias (parágrafos B29–B33) para fins de classificação do negócio em conjunto.

Avaliando outros fatos e circunstâncias

- B29 Quando os termos do acordo contratual não especificam que as partes têm direitos sobre os ativos e obrigações pelos passivos relacionados ao acordo, as partes considerarão outros fatos e circunstâncias para avaliar se o acordo é uma operação em conjunto ou um empreendimento em conjunto (*joint venture*).
- B30 Um negócio em conjunto pode ser estruturado em um veículo separado cuja forma legal confira separação entre as partes e o veículo separado. Os termos contratuais convencionados entre as partes podem não especificar os direitos das partes sobre os ativos e suas obrigações pelos passivos; não obstante, a consideração de outros fatos e circunstâncias pode levar a que esse acordo seja classificado como uma operação em conjunto. Esse será o caso quando outros fatos e circunstâncias derem às partes direitos sobre os ativos e obrigações pelos passivos relacionados ao acordo.
- B31 Quando as atividades de um acordo forem destinadas basicamente para o fornecimento de produção para as partes, isso indica que as partes têm direitos sobre substancialmente a totalidade dos benefícios econômicos

dos ativos do acordo. As partes desses acordos frequentemente asseguram seu acesso à produção decorrente do acordo ao impedir que o acordo venda a produção a terceiros.

- B32 O efeito de um acordo com essa estrutura e propósito é que os passivos incorridos pelo acordo são, em essência, satisfeitos pelos fluxos de caixa recebidos das partes através da compra da produção por elas. Quando as partes são substancialmente a única fonte de fluxos de caixa que contribui para a continuidade das operações do acordo, isso indica que as partes têm uma obrigação pelos passivos relacionados ao acordo.

Exemplo de aplicação

Exemplo 5

Suponha-se que duas partes estruturam um negócio em conjunto em uma entidade com personalidade jurídica (entidade C), na qual cada parte tem uma participação societária de 50%. O objetivo do acordo é a fabricação de materiais de que as partes necessitam para seus próprios processos de fabricação individuais. O acordo assegura que as partes operem a instalação que produz os materiais de acordo com as especificações de quantidade e qualidade das partes.

A forma legal da entidade C (uma entidade com personalidade jurídica), por meio da qual as atividades são conduzidas inicialmente, indica que os ativos e passivos mantidos na entidade C são os ativos e passivos da entidade C. O acordo contratual entre as partes não especifica que as partes têm direitos sobre os ativos ou obrigações pelos passivos da entidade C. Consequentemente, a forma legal da entidade C e os termos do acordo contratual indicam que o acordo é um empreendimento em conjunto (*joint venture*).

Contudo, as partes consideram também os seguintes aspectos do acordo:

- As partes concordaram em comprar toda a produção da entidade C na proporção de 50:50. A entidade C não pode vender nenhuma parte da produção a terceiros, salvo com a aprovação das duas partes do acordo. Como o propósito do acordo é fornecer às partes a produção de que necessitam, espera-se que essas vendas a terceiros sejam incomuns e não relevantes.
- O preço da produção vendida às partes é fixado por ambas as partes, em um nível que se destina a cobrir os custos de produção e as despesas administrativas incorridas pela entidade C. Com base nesse modelo operacional, pretende-se que o acordo opere em um nível de equilíbrio.

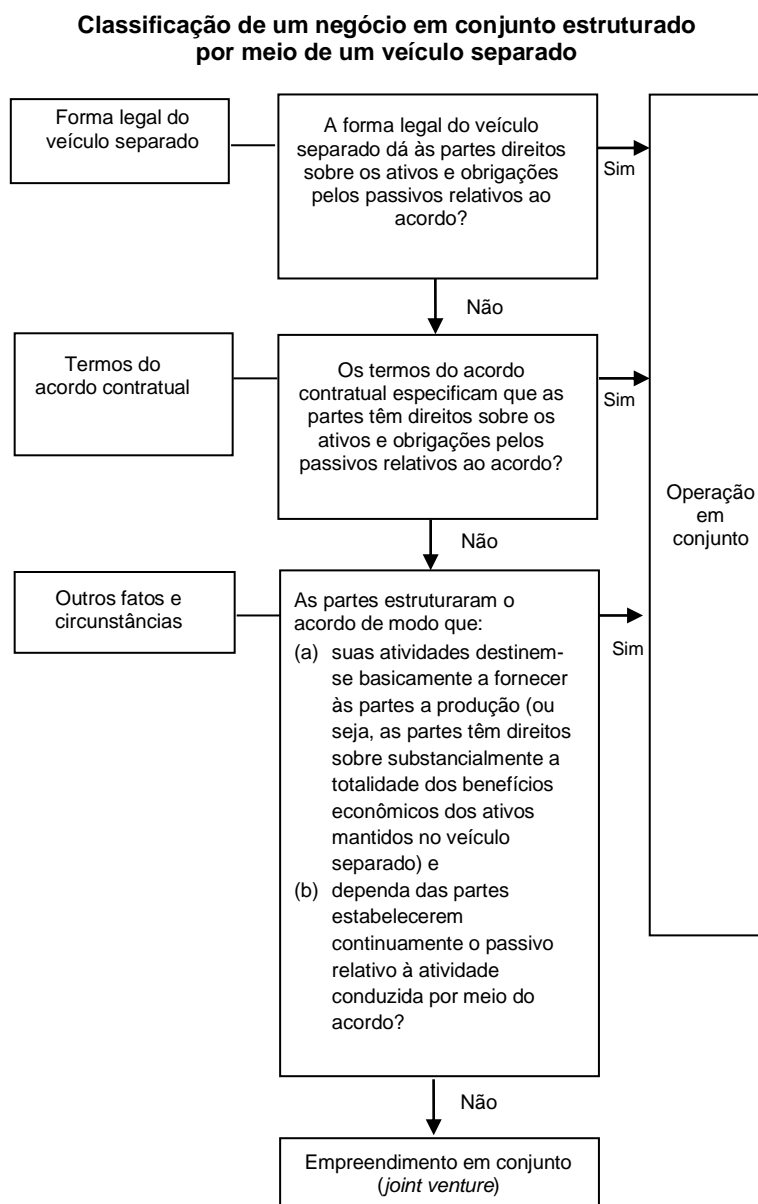
A partir da situação acima, os seguintes fatos e circunstâncias são relevantes:

- A obrigação das partes de adquirir toda a produção da entidade C reflete a dependência exclusiva da entidade C em relação às partes para a geração de fluxos de caixa e, assim, as partes têm a obrigação de financiar a liquidação dos passivos da entidade C.
- O fato de que as partes têm direitos sobre substancialmente a totalidade da produção da entidade C significa que as partes estão consumindo e, portanto, têm direitos sobre todos os benefícios econômicos dos ativos da entidade C.

Esses fatos e circunstâncias indicam que o acordo é uma operação em conjunto. A conclusão sobre a classificação do negócio em conjunto nessas circunstâncias não se alteraria se, em vez de utilizarem elas próprias sua parcela da produção em um processo de fabricação subsequente, as partes vendessem sua parcela da produção a terceiros.

Se as partes modificassem os termos do acordo contratual de modo que o acordo pudesse vender a produção a terceiros, isso resultaria em que a entidade C assumiria os riscos de demanda, estoque e crédito. Nesse cenário, essa mudança nos fatos e circunstâncias exigiria a reavaliação da classificação do negócio em conjunto. Esses fatos e circunstâncias indicariam que o acordo é um empreendimento em conjunto (*joint venture*).

B33 O fluxograma a seguir reflete a avaliação seguida por uma entidade para classificar um acordo quando o negócio em conjunto é estruturado por meio de um veículo separado:



Demonstrações financeiras de partes de um negócio em conjunto (parágrafos 21A–22)

Contabilização de aquisições de participações em operações em conjunto

- B33A Quando uma entidade adquire uma participação em uma operação em conjunto cuja atividade constitui um negócio, conforme definido na *IFRS 3*, ela aplicará, na medida de sua parcela de acordo com o parágrafo 20, todos os princípios sobre contabilização de combinações de negócios da *IFRS 3* e de outras *IFRS* que não conflitem com a orientação contida nesta *IFRS* e divulgará as informações exigidas por essas *IFRS* em relação a combinações de negócios. Os princípios sobre contabilização de combinações de negócios que não conflitam com a orientação contida nesta *IFRS* incluem, entre outros:
- (a) a mensuração de ativos e passivos identificáveis ao valor justo, exceto em relação a itens para os quais exceções sejam previstas na *IFRS 3* e em outras *IFRS*;
 - (b) o reconhecimento de custos relacionados à aquisição como despesas nos períodos em que os custos sejam incorridos e os serviços sejam recebidos, com a exceção de que os custos para emitir títulos de dívida ou de patrimônio sejam reconhecidos de acordo com a *IAS 32 – Instrumentos Financeiros: Apresentação* e com a *IFRS 9*;¹
 - (c) o reconhecimento de impostos diferidos ativos e impostos diferidos passivos que resultam do reconhecimento inicial de ativos ou passivos, exceto com relação a impostos diferidos passivos que resultam do reconhecimento inicial de ágio, conforme exigido pela *IFRS 3* e pela *IAS 12 – Impostos sobre a Renda* para combinações de negócios;
 - (d) o reconhecimento do excedente da contrapartida transferida sobre o valor líquido dos valores na data de aquisição dos ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos, se houver, como ágio; e
 - (e) o teste de redução ao valor recuperável de uma unidade geradora de caixa à qual tenha sido alocado ágio no mínimo anualmente, e sempre que houver uma indicação de que a unidade possa apresentar problemas de recuperação, conforme exigido pela *IAS 36 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos* para ágio adquirido em uma combinação de negócios.
- B33B Os parágrafos 21A e B33A também se aplicam à formação de uma operação em conjunto se, e somente se, uma das partes que participam da operação em conjunto contribuir um negócio existente, conforme definido na *IFRS 3*, para a operação em conjunto em sua formação. Contudo, esses parágrafos não se aplicam à formação de uma operação em conjunto se todas as partes que participarem da operação em conjunto somente contribuírem ativos ou grupos de ativos que não constituam negócios para a operação em conjunto em sua formação.
- B33C Um operador em conjunto pode aumentar sua participação em uma operação em conjunto cuja atividade constitua um negócio, conforme definido na *IFRS 3*, por meio da aquisição de uma participação adicional na operação em conjunto. Nesses casos, participações detidas anteriormente na operação em conjunto não são remensuradas se o operador em conjunto mantiver o controle conjunto.
- B33CA Uma parte que participa sem controle conjunto de uma operação em conjunto pode obter o controle conjunto da operação em conjunto em que a atividade da operação em conjunto constitui um negócio conforme definido na *IFRS 3*. Nesses casos, participações detidas anteriormente na operação em conjunto não são remensuradas.
- B33D Os parágrafos 21A e B33A-B33C não se aplicam por ocasião da aquisição de uma participação em uma operação em conjunto quando as partes que compartilham controle conjunto, incluindo a entidade que adquire a participação na operação em conjunto, estão sob o controle comum da mesma parte ou partes controladoras finais tanto antes quanto depois da aquisição, e esse controle não é transitório.

Contabilização de vendas ou aportes de ativos a uma operação em conjunto

- B34 Quando uma entidade realiza uma transação com uma operação em conjunto na qual ela é um operador em conjunto, como, por exemplo, uma venda ou aporte de ativos, ela está conduzindo a transação com as demais partes da operação em conjunto e, como tal, o operador em conjunto reconhecerá ganhos e perdas

¹ Se uma entidade aplicar estas alterações, mas ainda não aplicar a *IFRS 9*, a referência nestas alterações à *IFRS 9* será lida como uma referência à *IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração*.

decorrentes dessa transação somente na medida das participações das demais partes na operação em conjunto.

- B35 Quando essas transações fornecem evidência de uma redução no valor líquido realizável dos ativos a serem vendidos ou aportados à operação em conjunto ou de uma perda por redução ao valor recuperável desses ativos, essas perdas serão reconhecidas integralmente pelo operador em conjunto.

Contabilização de compras de ativos de uma operação em conjunto

- B36 Quando uma entidade realiza uma transação com uma operação em conjunto na qual ela é um operador em conjunto, como, por exemplo, uma compra de ativos, ela não reconhece a sua parcela dos ganhos e perdas até que revenda esses ativos a um terceiro.
- B37 Quando essas transações fornecem evidência de uma redução no valor líquido realizável dos ativos a serem comprados ou de uma perda por redução ao valor recuperável desses ativos, o operador em conjunto reconhecerá a sua parcela dessas perdas.

Apêndice C

Data de vigência, transição e revogação de outras IFRS

Este apêndice é parte integrante da IFRS e tem a mesma autoridade que as demais partes da IFRS.

Data de vigência

- C1 Uma entidade aplicará esta *IFRS* para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013. A aplicação antecipada é permitida. Se aplicar antecipadamente esta *IFRS*, a entidade divulgará esse fato e, ao mesmo tempo, aplicará a *IFRS* 10, a *IFRS* 12 – *Divulgação de Participações em Outras Entidades*, a *IAS* 27 (tal como alterada em 2011) e a *IAS* 28 (tal como alterada em 2011).
- C1A *Demonstrações Financeiras Consolidadas, Negócios em Conjunto e Divulgação de Participações em Outras Entidades: Orientação de Transição* (Alterações à *IFRS* 10, à *IFRS* 11 e à *IFRS* 12), emitida em junho de 2012, alterou os parágrafos C2–C5, C7–C10 e C12 e acrescentou os parágrafos C1B e C12A–C12B. Uma entidade aplicará essas alterações para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013. Se aplicar a *IFRS* 11 a um período anterior, a entidade aplicará essas alterações a esse período anterior.
- C1AA *Contabilização de Aquisições de Participações em Operações em Conjunto* (Alterações à *IFRS* 11), emitida em maio de 2014, alterou o título após o parágrafo B33 e acrescentou os parágrafos 21A, B33A–B33D e C14A e seus respectivos títulos. Uma entidade aplicará essas alterações prospectivamente a períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016. A aplicação antecipada é permitida. Se uma entidade aplicar essas alterações em um período anterior, ela divulgará esse fato.
- C1AB *Melhorias Anuais às Normas IFRS Ciclo 2015–2017*, emitida em dezembro de 2017, acrescentou o parágrafo B33CA. Uma entidade aplicará essas alterações a transações em que obtém o controle conjunto a partir do início do primeiro período de relatório anual iniciado a partir de 1º de janeiro de 2019. A aplicação antecipada é permitida. Se uma entidade aplicar essas alterações antecipadamente, ela divulgará esse fato.

Transição

- C1B Não obstante os requisitos do parágrafo 28 da *IAS* 8 – *Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Erros*, quando esta *IFRS* for aplicada pela primeira vez, uma entidade somente precisará apresentar as informações quantitativas exigidas pelo parágrafo 28(f) da *IAS* 8 para o período anual imediatamente precedente ao primeiro período anual ao qual se aplica a *IFRS* 11 (o “período imediatamente precedente”). Uma entidade pode também apresentar estas informações em relação ao período atual ou a períodos comparativos anteriores, mas não está obrigada a fazê-lo.

Empreendimentos em conjunto (*joint ventures*) – transição da consolidação proporcional para o método de equivalência patrimonial

- C2 Ao mudar da consolidação proporcional para o método de equivalência patrimonial, uma entidade reconhecerá seu investimento no empreendimento em conjunto (*joint venture*) no início do período imediatamente precedente. Esse investimento inicial será mensurado como o total dos valores contábeis dos ativos e passivos que a entidade havia anteriormente consolidado proporcionalmente, incluindo qualquer ágio resultante de aquisição. Se o ágio pertenceu anteriormente a uma unidade geradora de caixa maior ou a um grupo de unidades geradoras de caixa, a entidade alocará o ágio ao empreendimento em conjunto (*joint venture*) com base nos valores contábeis relativos do empreendimento em conjunto (*joint venture*) e da unidade geradora de caixa ou grupo de unidades geradoras de caixa ao qual pertenceu.
- C3 O saldo de abertura do investimento, determinado de acordo com o parágrafo C2, é considerado como o custo atribuído do investimento no reconhecimento inicial. Uma entidade aplicará os parágrafos 40–43 da *IAS* 28 (tal como alterada em 2011) ao saldo de abertura do investimento para avaliar se o investimento não tem recuperação e reconhecerá qualquer perda por redução ao valor recuperável como um ajuste a lucros acumulados no início do período imediatamente precedente. A exceção de reconhecimento inicial dos parágrafos 15 e 24 da *IAS* 12 – *Impostos sobre a Renda* não se aplica quando a entidade reconhece um investimento em um empreendimento em conjunto (*joint venture*) como resultado da aplicação dos requisitos de transição para empreendimentos em conjunto (*joint ventures*) que haviam sido anteriormente consolidados proporcionalmente.

- C4 Se a agregação de todos os ativos e passivos anteriormente consolidados proporcionalmente resulta em ativos líquidos negativos, uma entidade avaliará se tem obrigações legais ou presumidas em relação aos ativos líquidos negativos e, em caso afirmativo, a entidade reconhecerá o respectivo passivo. Se a entidade concluir que não tem obrigações legais ou presumidas em relação aos ativos líquidos negativos, ela não reconhecerá o respectivo passivo, mas fará um ajuste a lucros acumulados no início do período imediatamente precedente. A entidade divulgará esse fato, juntamente com a sua parcela acumulada não reconhecida das perdas de seus empreendimentos em conjunto (*joint ventures*) no início do período imediatamente precedente e na data em que esta IFRS for aplicada pela primeira vez.
- C5 Uma entidade divulgará a composição dos ativos e passivos que foram agregados ao saldo de investimentos em rubrica única no início do período imediatamente precedente. Essa divulgação será elaborada de forma agregada para todos os empreendimentos em conjunto (*joint ventures*) em relação aos quais a entidade aplicar os requisitos de transição referidos nos parágrafos C2-C6.
- C6 Após o reconhecimento inicial, uma entidade contabilizará seu investimento no empreendimento em conjunto (*joint venture*) utilizando o método de equivalência patrimonial de acordo com a IAS 28 (tal como alterada em 2011).

Operações em conjunto – transição do método de equivalência patrimonial para a contabilização de ativos e passivos

- C7 Ao mudar do método de equivalência patrimonial para a contabilização de ativos e passivos em relação à sua participação em uma operação em conjunto, uma entidade desreconhecerá, no início do período imediatamente precedente, o investimento que foi contabilizado anteriormente utilizando-se o método de equivalência patrimonial e quaisquer outros itens que faziam parte do investimento líquido da entidade no negócio em conformidade com o parágrafo 38 da IAS 28 (tal como alterada em 2011) e reconhecerá sua parcela em cada um dos ativos e passivos em relação à sua participação na operação em conjunto, incluindo qualquer ágio que possa ter feito parte do valor contábil do investimento.
- C8 Uma entidade determinará sua participação nos ativos e passivos relacionados à operação em conjunto com base em seus direitos e obrigações em uma proporção determinada em conformidade com o acordo contratual. Uma entidade mensura os valores contábeis iniciais dos ativos e passivos por meio de sua desagregação do valor contábil do investimento no início do período imediatamente precedente, com base nas informações utilizadas pela entidade ao aplicar o método de equivalência patrimonial.
- C9 Qualquer diferença resultante do investimento anteriormente contabilizado utilizando-se o método de equivalência patrimonial, juntamente com quaisquer outros itens que faziam parte do investimento líquido da entidade no acordo, em conformidade com o parágrafo 38 da IAS 28 (tal como alterada em 2011), e do valor líquido reconhecido dos ativos e passivos, incluindo qualquer ágio, será:
- compensada com qualquer ágio relativo ao investimento, sendo que qualquer diferença restante será ajustada contra lucros acumulados no início do período imediatamente anterior, se o valor líquido reconhecido dos ativos e passivos, incluindo qualquer ágio, for superior ao investimento desreconhecido (e quaisquer outros itens que faziam parte do investimento líquido da entidade).
 - ajustada contra lucros acumulados no início do período imediatamente anterior, se o valor líquido reconhecido dos ativos e passivos, incluindo qualquer ágio, for inferior ao investimento desreconhecido (e quaisquer outros itens que faziam parte do investimento líquido da entidade).
- C10 Uma entidade que mudar do método de equivalência patrimonial para a contabilização de ativos e passivos fornecerá uma conciliação entre o investimento desreconhecido e os ativos e passivos reconhecidos, juntamente com qualquer diferença restante ajustada contra lucros acumulados, no início do período imediatamente anterior.
- C11 A exceção de reconhecimento inicial dos parágrafos 15 e 24 da IAS 12 não se aplica quando a entidade reconhece ativos e passivos relacionados à sua participação em uma operação em conjunto.

Disposições de transição nas demonstrações financeiras separadas de uma entidade

- C12 Uma entidade que, de acordo com o parágrafo 10 da IAS 27, contabilizava anteriormente em suas demonstrações financeiras separadas a sua participação em uma operação em conjunto como um investimento pelo custo ou em conformidade com a IFRS 9:
- desreconhecerá o investimento e reconhecerá os ativos e passivos relacionados à sua participação na operação em conjunto pelos valores determinados de acordo com os parágrafos C7-C9.

- (b) fornecerá uma conciliação entre o investimento desreconhecido e os ativos e passivos reconhecidos, juntamente com qualquer diferença restante ajustada contra lucros acumulados, no início do período imediatamente anterior.
- C13 A exceção de reconhecimento inicial dos parágrafos 15 e 24 da IAS 12 não se aplica quando a entidade reconhece ativos e passivos relacionados à sua participação em uma operação em conjunto em suas demonstrações financeiras separadas como resultado da aplicação dos requisitos de transição para operações em conjunto referidas no parágrafo C12.

Referências ao “período imediatamente precedente”

- C13A Não obstante as referências ao “período imediatamente anterior” nos parágrafos C2–C12, uma entidade também pode apresentar informações comparativas ajustadas para quaisquer períodos anteriores apresentados, mas não é obrigada a fazê-lo. Se uma entidade efetivamente apresentar informações comparativas ajustadas para quaisquer períodos anteriores, todas as referências ao “período imediatamente precedente” nos parágrafos C2–C12 serão lidas como o “período comparativo ajustado mais antigo apresentado”.
- C13B Se uma entidade apresentar informações comparativas não ajustadas para quaisquer períodos anteriores, ela identificará claramente as informações que não foram ajustadas, declarará que elas foram preparadas em uma base diferente e explicará essa base.

Referências à IFRS 9

- C14 Se uma entidade aplicar esta IFRS, mas ainda não aplicar a IFRS 9, qualquer referência à IFRS 9 será lida como uma referência à IAS 39 – *Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração*.

Contabilização de aquisições de participações em operações em conjunto

- C14A *Contabilização de Aquisições de Participações em Operações em Conjunto* (Alterações à IFRS 11), emitida em maio de 2014, alterou o título após o parágrafo B33 e acrescentou os parágrafos 21A, B33A–B33D, C1AA e seus respectivos títulos. Uma entidade aplicará essas alterações prospectivamente para aquisições de participações em operações em conjunto cujas atividades constituam negócios, conforme definido na IFRS 3, para aquelas aquisições que ocorrerem a partir do início do primeiro período no qual aplicar essas alterações. Consequentemente, valores reconhecidos para aquisições de participações em operações em conjunto ocorridas em períodos anteriores não serão ajustados.

Revogação de outras IFRS

- C15 Esta IFRS substitui as seguintes IFRS:
- (a) IAS 31 – *Participações em Empreendimentos em Conjunto (Joint Ventures)*; e
- (b) SIC-13 – *Entidades Controladas em Conjunto – Contribuições Não Monetárias dos Investidores*.

Apêndice D

Alterações a outras IFRS

Este apêndice apresenta alterações a outras IFRS como consequência da emissão da IFRS 11 pelo Conselho. Uma entidade aplicará as alterações para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013. Se aplicar a IFRS 11 a um período anterior, a entidade aplicará as alterações a esse período anterior. Os parágrafos alterados são apresentados com o novo texto sublinhado e com o texto excluído tachado.

* * * * *

As alterações contidas neste apêndice, quando esta IFRS foi emitida em 2011, foram incorporadas nas respectivas IFRS publicadas nesta edição.

Aprovação pelo Conselho da IFRS 11 emitida em maio de 2011

A Norma Internacional de Relatório Financeiro *IFRS 11 – Negócios em Conjunto* foi aprovada para emissão pelos quinze membros do Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade.

Sir David Tweedie

Presidente

Stephen Cooper

Philippe Danjou

Jan Engström

Patrick Finnegan

Amaro Luiz de Oliveira Gomes

Prabhakar Kalavacherla

Elke König

Patricia McConnell

Warren J McGregor

Paul Pacter

Darrel Scott

John T Smith

Tatsumi Yamada

Wei-Guo Zhang

Aprovação pelo Conselho da *Demonstrações Financeiras Consolidadas, Negócios em Conjunto e Divulgação de Participações em Outras Entidades: Orientação de Transição* (Alterações às IFRS 10, IFRS 11 e IFRS 12), emitida em junho de 2012

Demonstrações Financeiras Consolidadas, Negócios em Conjunto e Divulgação de Participações em Outras Entidades: Orientação de Transição (Alterações à IFRS 10, à IFRS 11 e à IAS 12) foi aprovada para emissão pelos catorze membros do Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB).

Hans Hoogervorst

Presidente

Ian Mackintosh

Vice-Presidente

Stephen Cooper

Philippe Danjou

Jan Engström

Patrick Finnegan

Amaro Luiz de Oliveira Gomes

Prabhakar Kalavacherla

Patricia McConnell

Takatsugu Ochi

Paul Pacter

Darrel Scott

John T Smith

Wei-Guo Zhang

Aprovação pelo Conselho de *Contabilização de Aquisições de Participações em Operações em Conjunto* (Alterações à IFRS 11) emitida em maio de 2014

Contabilização de Aquisições de Participações em Operações em Conjunto foi aprovada para emissão pelos dezesseis membros do Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade.

Hans Hoogervorst	Presidente
Ian Mackintosh	Vice-Presidente
Stephen Cooper	
Philippe Danjou	
Martin Edelmann	
Jan Engström	
Patrick Finnegan	
Amaro Luiz de Oliveira Gomes	
Gary Kabureck	
Suzanne Lloyd	
Patricia McConnell	
Takatsugu Ochi	
Darrel Scott	
Chungwoo Suh	
Mary Tokar	
Wei-Guo Zhang	

